



PARLAMENTO DO
MERCOSUL

- **Representação Brasileira** -

CLIPPING - Notícias

02 e 03.07.2015

Edição e Seleção

Eliza Barreto
Fernando Leão
Maria Elisabete da Costa
Yana Araújo

Sumário

JORNAL DO SENADO	3
Parlasul discute operações do BNDES fora do país	3
Senado aprova legalização simplificada de documentos	3
Comissão aprova projeto da Lei de Migração	5
Wellington defende ampliação de exportações para Japão e Rússia	7
ESTADÃO.....	8
Economia.....	8
Japão aciona OMC contra incentivos fiscais do Brasil.....	8
PAGINA 12.....	10
Economia.....	10
Déficit con Brasil.....	10
LA NACIÓN (PARAGUAI)	10
Negocios.....	10
Ingreso de carne brasileira a EEUU beneficiará a Paraguay	11
Mundo.....	12
Alianza del Pacífico traza hoy su futuro en cumbre de Perú	12
EL PAIS	13
Informação	13
Huelga en Argentina paralizará las aduanas	13

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

TELESUR	14
América Latina	14
Crearán el Observatorio de Derechos Humanos de la Unasur	14

Brasil

JORNAL DO SENADO

<http://www12.senado.gov.br/jornal>

Parlasul discute operações do BNDES fora do país

A concessão de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a projetos no exterior e as relações do Brasil com a América Latina dominaram o debate entre o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e a Representação Brasileira no Parlasul quarta-feira. O embaixador defendeu esse tipo de operação.

Ele argumentou que as empresas brasileiras, independentemente de atuarem no território nacional ou fora do Brasil, devem receber apoio. Justificou que mesmo quando elas tocam projetos no exterior, remetem os lucros para o país. As explicações não convenceram o presidente da Representação Brasileira no Parlasul, Roberto Requião (PMDB-PR). Para ele, não tem cabimento, por exemplo, o BNDES conceder esses empréstimos a juros mais baixos do que os cobrados no Brasil.

— Eu acho um empréstimo comercial para uma empresa brasileira investir no exterior perfeitamente admissível. O que não é admissível é que um juro baixíssimo, estabelecido pra criar desenvolvimento no Brasil, seja dado a uma empresa brasileira pra investir fora do Brasil — afirmou o senador.

A representação tem a função de analisar e dar parecer sobre todas as matérias de interesse do bloco regional que venham a ser submetidas à análise do Congresso, além de promover audiências com entidades da sociedade civil e examinar propostas encaminhadas pelo Parlasul.

(Com Rádio Senado)

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2015/07/03/jornal.pdf#page=1>

Senado aprova legalização simplificada de documentos

Atestado de legalidade emitido por autoridade brasileira garantirá validade imediata a documentos nacionais no exterior e a papéis estrangeiros no Brasil, adequando o país a convenção internacional

O Senado aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 208/2015, que trata da convenção sobre a eliminação da exigência de legalização dos documentos públicos estrangeiros,

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

celebrada em Haia, na Holanda, em 1961. A proposta, que havia sido aprovada pela manhã na Comissão de Relações Exteriores, segue agora para promulgação.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, entre os grandes países, apenas o Canadá e a China, além do Brasil, não aderiram a esse acordo, que simplifica o processo de legalização de documentos brasileiros destinados a produzir efeitos no exterior e de documentos estrangeiros destinados a valer no Brasil.

Atualmente, segundo o Secretariado da Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado, na América Latina, apenas Bolívia, Cuba, Guatemala e Haiti não iniciaram o processo de adesão. Chile e Paraguai estão em estágio avançado de adesão.

Com a concordância do Brasil, o instrumento de legalização dos documentos será a Apostila, uma espécie de atestado de legalidade emitido por autoridade competente brasileira. Os documentos apostilados passarão a ter validade imediata em todos os demais 105 Estados-parte da convenção. Ao mesmo tempo, passarão a ser aceitos, no Brasil, documentos estrangeiros contendo Apostila emitida por um desses países.

Custo reduzido

A Apostila reduz o tempo de processamento e os custos para cidadãos e empresas, economizando também recursos públicos. Atualmente, documentos brasileiros a serem usados no exterior são submetidos a processo de "legalizações em cadeia", passando por várias etapas, por diferentes instâncias governamentais e paraestatais, cabendo a última etapa nacional ao Ministério das Relações Exteriores.

Conhecido como Convenção da Apostila, esse é um dos acordos plurilaterais surgidos na Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado. Com o avanço da tecnologia, sistemas digitais de Apostila Eletrônica (e-Apostille) foram padronizados e já desenvolvidos por diversos países.

Os documentos que poderão contar com apostilamento são os provenientes de autoridade ou agente público vinculados a qualquer jurisdição do Estado. Também entram no rol documentos administrativos, atos notariais e declarações oficiais incluídas em documentos de natureza privada, como certidões que comprovem o registro de um documento ou sua existência e reconhecimentos de assinatura.

Entretanto, a convenção não se aplica aos documentos emitidos por agentes diplomáticos ou consulares e aos documentos administrativos diretamente relacionados a operações comerciais ou

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

aduaneiras.

(Com Agência Câmara)

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2015/07/03/jornal.pdf#page=1>

Comissão aprova projeto da Lei de Migração

Proposta, que regula entrada de estrangeiros no país e fixa normas de proteção ao emigrante brasileiro, substitui o Estatuto do Estrangeiro, adotado durante regime militar

O Brasil poderá ter em breve uma Lei de Migração para substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980), adotado durante o regime militar. Com 11 capítulos e 118 artigos, a proposta que regula a entrada de estrangeiros no país e estabelece normas de proteção ao emigrante brasileiro foi aprovada ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

De autoria do presidente da CRE, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 288/2013 seguirá diretamente para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário. O relator da proposta foi Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que, no turno suplementar, rejeitou 18 emendas, aprovou 4 e acolheu 2 parcialmente.

O projeto reduz a burocracia na concessão de vistos no Brasil para investidores, estudantes e acadêmicos. Pesquisador estrangeiro sem vínculo empregatício com instituições brasileiras terá visto temporário para exercer as atividades. O texto beneficia também estudantes que trabalham nas férias, ao revisar as categorias de vistos conforme nomenclatura internacional.

A proposta desburocratiza o deslocamento de “residentes fronteiriços”, que trabalham no Brasil, mas conservam residência no país vizinho, e protege o apátrida, indivíduo que não é titular de nenhuma nacionalidade, em consonância com acordos internacionais.

O PLS 288/2013 estende a possibilidade de concessão de visto humanitário ao cidadão de qualquer nacionalidade. Em resolução de 2012, o governo brasileiro concedeu esse benefício aos haitianos, que haviam sofrido com um terremoto no país dois anos antes. Como eles não se enquadravam nas possibilidades de concessões de refúgio — por não serem vítimas de perseguições políticas ou oriundas de nações em guerra civil —, a categoria especial foi aberta.

De acordo com o projeto da Lei de Migração, o benefício agora “poderá ser concedido ao natural de qualquer país em situação reconhecida de instabilidade institucional, de conflito armado, de

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

calamidades de grandes proporções e de graves violações dos direitos humanos”, garantindo a concessão de visto temporário para quem buscar asilo no Brasil. O projeto veta a concessão de asilo a quem tenha cometido crimes de genocídio, contra a humanidade ou de guerra.

Crimes e penalidades

Nos 118 artigos, o projeto trata de assuntos como situação documental do imigrante; registro e identidade civil; controle migratório; repatriação, deportação e expulsão; opção de nacionalidade e naturalização; direitos do emigrante brasileiro; medidas de cooperação, como extradição, transferência de execução de pena e transferência de pessoas condenadas; e infrações e penalidades administrativas.

Além disso, tipifica como crime a ação de pessoas que promovam a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro. A pena prevista é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa. A pena poderá ser aumentada (de um sexto a um terço) se a vítima for submetida a condições desumanas ou degradantes.

Emenda do senador Lasier Martins (PDT-RS), acolhida pelo relator e pela comissão, acrescenta o terrorismo ao conjunto de atividades que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderá descaracterizar como crime político para fins de extradição.

A proposta assegura aos brasileiros que residam no exterior e desejem retornar ao Brasil a possibilidade de trazer bens sem a necessidade de arcar com taxas aduaneiras ou de importação. O projeto também permite a esse cidadão, que tenha trabalhado no exterior, contribuir de forma retroativa para a Previdência Social como segurado facultativo.

Durante a discussão da proposta, Ricardo Ferraço destacou a existência de novo ciclo de migrações internacionais. Segundo o senador, um número altíssimo de pessoas se desloca hoje em busca de melhores condições de vida, devido a conflitos armados, regimes ditatoriais e desastres naturais.

— Não podemos fechar os olhos para isso, a exemplo do que ocorre no Mediterrâneo hoje — comentou.

Aloysio Nunes disse que o regime jurídico para estrangeiros apresenta defasagem evidente, “já que, à época em que foi concebido, no início dos anos 80, ainda estávamos em período autoritário e com grandes preocupações de segurança nacional, o que se refletiu na regulação jurídica”.

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2015/07/03/jornal.pdf#page=1>

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Wellington defende ampliação de exportações para Japão e Rússia

Senador integra comitiva liderada pela ministra da Agricultura que viajou aos dois países com o objetivo de ampliar negócios

O senador Wellington Fagundes (PR-MT) integra, como representante do Senado, a comitiva liderada pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que viajou para o Japão e a Rússia na terça-feira com o objetivo de ampliar a participação do Brasil em dois dos mais importantes mercados internacionais.

Na avaliação de Wellington, a viagem é uma oportunidade para lidar com os interesses do país. Ele acredita que será possível destravar a exportação de carne bovina in natura no Japão e tratar da abertura de uma lista de frigoríficos brasileiros pré-autorizados a exportar para a Rússia. O assunto integra a pauta das reuniões previstas com autoridades e empresários japoneses e russos.

O parlamentar lembrou que o Brasil foi, nos últimos anos, o maior exportador global e possui os maiores rebanhos comerciais do planeta, com cerca de 200 milhões de cabeças bovinas.

— Agora é o momento de ampliarmos o campo de negócios com esses países, já que o consumo de carne no mundo, nos próximos 50 anos, deve aumentar em mais da metade do que é hoje — ressaltou.

Wellington chamou a atenção para os números da produção de gado em Mato Grosso, ao afirmar que a comitiva buscará ampliar ainda mais a vazão do imenso potencial produtivo do país, em especial de seu estado.

— Mato Grosso é um estado próspero na pecuária, que literalmente coloca carne nos pratos do mundo todo. No último ano, o estado registrou a maior produção do país, com 1,3 milhão de toneladas de carne, o que representou 16,5% de toda a produção nacional no período — disse o senador, acrescentando que todos os estados ganharão com a iniciativa da ministra.

A exportação de carne também estava na agenda da ministra nos Estados Unidos, na segunda-feira. O país garantiu a liberação da importação de carne in natura de 13 estados brasileiros e do Distrito Federal, encerrando uma restrição de 15 anos. Segundo o ministério, a medida favorecerá 95% da agroindústria exportadora. O senador disse que o objetivo do ministério é persistir na prática da defesa agropecuária de forma permanente. A ministra teria dito que é preciso trabalhar para que o Brasil se situe entre os cinco países do mundo como referência agropecuária.

Investimentos

Wellington deu destaque às reuniões que a comitiva terá com investidores do Japão e também do Japan International Cooperation Agency (Jica), uma espécie de Ministério da Agricultura do Japão. Ele explicou que existe interesse dos japoneses em abrir crédito e financiamento para fomentar investimentos no Brasil. Em Mato Grosso, a perspectiva é para ampliação da produção de milho.

Segundo o senador, haverá palestras com investidores locais e tradings (empresas que fazem a intermediação entre o exportador e o importador), o que será, disse ele, uma boa chance para conversar sobre investimentos do Japão no Brasil.

Frente parlamentar

Presidente da Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem (Frenlog), o senador destaca como fundamental a discussão com representantes da China sobre investimento em logística. Os chineses têm-se mostrado como principal parceiro comercial do Brasil. Em maio, o primeiro-ministro, Li Keqiang, esteve em Brasília e assinou acordos econômicos no valor de US\$ 50 bilhões, incluindo o anúncio do projeto da ferrovia que unirá o Brasil ao Pacífico por meio do Peru com o objetivo de facilitar as exportações brasileiras de soja ao Oriente.

— Esperamos nessa viagem articular para que esse protocolo de intenções, não só do governo chinês, mas, quem sabe, de todos os países do Brics, possa vir em investimentos concretos para o Brasil — comentou.

O parlamentar disse que a produção brasileira sofre com as dificuldades de escoamento e que essa viagem é uma oportunidade ímpar de negociar investimentos para uma melhoria da infraestrutura rodoviária, ferroviária e de armazenamento.

(Da assessoria de imprensa de Wellington Fagundes)

Fonte: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2015/07/03/jornal.pdf#page=1>

ESTADÃO

<http://www.estadao.com.br/>

Economia

Japão aciona OMC contra incentivos fiscais do Brasil

Tóquio considera que políticas aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia são 'ilegais'

JAMIL CHADE - O ESTADO DE S. PAULO

02 Julho 2015 | 07h 38

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

GENEBRA - O governo do Japão abre uma disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o Brasil, alegando que a política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia é ilegal e afeta empresas estrangeiras de forma " injusta ".

Tóquio questiona a forma pela qual Brasília isenta setores de impostos, sempre que garantam produção em território brasileiro. O Japão iniciou a primeira etapa da queixa.

Um ataque similar já havia sido apresentada pela UE contra o Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC foi acionado. Bruxelas argumentou que, ao dar isenção de IPI a diversos setores sob certas condições, o Brasil estava violando as regras internacionais do comércio.

Em setembro de 2011, o governo estabeleceu uma isenção de IPI para carros de montadoras que se comprometam a investir no País e comprem peças locais. Em 2012, o plano foi renovado por mais cinco anos, o que deixou os países ricos irritados. Incentivos fiscais também foram dados a computadores, smartphones e semicondutores.

O governo brasileiro sempre alegou que as medidas beneficiavam montadoras europeias e japonesas, justamente contra a concorrência chinesa. Mas, segundo a União Europeia, as medidas adotadas por Dilma têm afetado as exportações do bloco. Em 2011, 857 mil carros foram exportados ao mercado brasileiro. Em 2013, esse número caiu para 581 mil até outubro.

Consultas entre as duas diplomacias ocorreram em Genebra em fevereiro.

Pressão. Agora, o Brasil agora sofre a pressão dos japoneses, também preocupados com o comportamento de Brasília e o temor de que a linha adotada pelo governo de Dilma Rousseff comece a ser imitada por outros emergentes. No caso do Japão, o centro do questionamento é o setor de informática e tecnologia.

Tóquio questionou já no passado as exigências do edital de licitação da faixa de frequência de 2,5 GHz - destinada ao serviço de quarta geração da telefonia móvel (4G). A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estipulou uma exigência de conteúdo nacional mínimo de 60% para quem quisesse participar de licitações, incluindo equipamentos e sistemas.

O Japão questiona o governo brasileiro se o mesmo padrão de favorecimento às indústrias nacionais será repetido "quando o Brasil conduzir leilões sobre os direitos de outras frequências".

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Para o governo de Tóquio, algumas das medidas brasileiras já existem há algum tempo. " Mas foram fortalecidas nos últimos anos ", indicou. Elas afetariam os setores automotivo, de informática, comunicações e tecnologia.

O pedido de consultas é a primeira fase da disputa na OMC. Durante os próximos dois meses, os dois governos terão de realizar as reuniões e, se não houver um acordo, o Japão pediria que os árbitros internacionais examinem o Brasil.

Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,japao-aciona-omc-contra-incentivos-fiscais-do-brasil,1717765>

Argentina

PAGINA 12

www.pagina12.com.ar

Economia

Déficit con Brasil

El intercambio comercial entre Argentina y Brasil arrojó un déficit de 923 millones de dólares durante el primer semestre del año. La ampliación del saldo negativo responde a una reducción de 12,7 por ciento en las importaciones desde el país vecino y una caída de 21 por ciento en las exportaciones hacia el principal socio comercial argentino. La baja en las ventas hacia el mercado brasileño es consecuencia del estancamiento inducido por los planes de ajuste del gobierno de Dilma Rousseff. De acuerdo con un informe elaborado por la consultora Abeceb.com, el sector automotor explica el 70 por ciento de la caída en las ventas desde Argentina. No sólo retrocedieron las ventas de coches, sino también las autopartes y los vehículos de carga. Además se vieron afectadas las industrias de bienes de capital y la actividad química. En tanto, las menores compras desde Brasil responden a la desaceleración en el nivel de crecimiento interno que se observa, por ejemplo, en el estancamiento de la producción industrial.

Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-276268-2015-07-03.html>

Paraguai

LA NACIÓN (PARAGUAI)

<http://lanacion.com.py/>

Negocios

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Ingreso de carne brasileña a EEUU beneficiará a Paraguay

También la Argentina logró la apertura del país norteamericano, informaron.

03/07/2015

Estados Unidos habilitó su mercado a la carne bovina brasileña asignándole un cupo de al menos 100.000 toneladas al año, informó Portal Brasil de Noticias. La liberación de unos 14 estados del país vecino, libres de fiebre aftosa con vacunación, se da después de 15 años de negociaciones entre ambos países, destacó el gobierno de Brasil.

Esta es una situación que beneficia al Paraguay porque al tener que proveer a otros mercados, Brasil dejará espacio en otros destinos a la carne paraguaya, como el mercado chileno, informó el Dr. Germán Ruiz, presidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP). Manifestó que es una alta demanda que tendrá que cubrir Brasil, que además empezará a exportar directamente al mercado chino.

ARGENTINA

También el Departamento de Agricultura de Estados Unidos (USDA) confirmó la autorización de la importación de carne bovina desosada, congelada o enfriada, provenientes de regiones libres de fiebre aftosa con vacunación de la Argentina, informó el medio especializado Valor Carne.

Ante estos movimientos del mercado internacional de la carne, el Dr. Marcos Medina, viceministro de Ganadería, manifestó que Paraguay debe seguir la tendencia de los países de la región y buscar habilitar estos mercados. Manifestó que hay que ponerse a tono con los competidores.

LOS MERCADOS

Entre enero y mayo de este año, Paraguay exportó 96.526 toneladas de carne bovina a 38 diferentes mercados, según las estadísticas del Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa). El principal comprador fue Rusia con 38.232 toneladas y un valor de US\$ 122,1 millones, seguido de Chile que compró 23.178 toneladas por un valor de US\$ 117,2 millones en lo que va del año. El tercer mayor importador de carne paraguaya en los primeros cinco meses del año fue Brasil con un volumen de 11.279 y un valor de US\$ 57,5 millones.

Las exportaciones de carne bovina generaron un nivel de ingresos de US\$ 399,1 millones entre enero y mayo de este año, cifra que representa una caída del 10% con relación a lo generado por el producto en el mismo periodo del año anterior, US\$ 443,5 millones, según estadísticas del servicio veterinario oficial.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/2015/07/03/ingreso-de-carne-brasilena-a-eeuu-beneficiara-a-paraguay/>

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Mundo

Alianza del Pacífico traza hoy su futuro en cumbre de Perú

Presidentes se reúnen para evaluar proyección y eventual inclusión de nuevos socios

03/07/2015

El bloque comercial Alianza del Pacífico, cuyo PIB conjunto representa la octava economía del mundo, evaluará su proyección en colectivo, así como la eventual inclusión de nuevos miembros, cuando sus presidentes se reúnan este viernes en Perú.

Los gobernantes de Perú, Colombia, México y Chile inaugurarán el 3 de julio en Paracas (260 km al sur de Lima) la X cumbre del bloque, que busca "definir la proyección de la Alianza", según explicó la cancillería peruana. "Tenemos cuatro países percibidos a nivel mundial como con un gran potencial y un gran presente, que se están cada vez integrando más. Como bloque, somos más que las partes", dijo el jueves a la prensa el ministro de Economía peruano, Alonso Segura.

La cita reunirá a la mandataria chilena, Michelle Bachelet; el mexicano Enrique Peña Nieto y el colombiano Juan Manuel Santos, con el anfitrión Ollanta Humala. Antes de la reunión principal, se espera anoche que los gobernantes participen en un panel, como parte de una cumbre empresarial de la Alianza, donde acuden líderes empresariales del bloque y ministros de Relaciones Exteriores y de Comercio.

La reunión se realiza en un hotel exclusivo de Paracas, una desértica e histórica bahía donde el general argentino José de San Martín desembarcó el 8 de setiembre de 1820 para liderar la independencia del virreinato de Perú de la corona española. Al inicio de la cumbre, Peña Nieto entregará a Humala la presidencia Pro Témpore de la Alianza del Pacífico, que México ha ejercido desde junio del 2014.

Octava economía del mundo

Los cuatro países de este mecanismo de integración regional, enfocado en estrechar los vínculos comerciales con la zona Asia-Pacífico, reúnen 216 millones de habitantes con un Producto Interno Bruto (PIB) de 2,1 billones de dólares, que representa el 37% del total de América Latina.

Así, en conjunto representan la octava economía del mundo, destacó la cancillería peruana. "La Alianza es un bloque económico y comercial, no es un bloque ideológico como el Unasur, que se inclina por la cooperación política y que no tiene un componente económico o comercial", dijo a la AFP el ex canciller peruano José García Belaunde, quien intervino en su creación en abril del 2011.

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/2015/07/03/alianza-del-pacifico-traza-hoy-su-futuro-en-cumbre-de-peru/>

Uruguai

EL PAIS

www.elpais.com.uy

Informação

Huelga en Argentina paralizará las aduanas

La Aduana de Argentina paralizará sus actividades durante siete días a partir de la semana venidera, en virtud de una medida de fuerza que afectará el tráfico de personas y mercaderías con los países del Mercosur y los vuelos internacionales.

La medida de fuerza decretada por el sindicato del personal aduanero (Supara) en demanda de un aumento salarial, comenzará el 10 de julio y se extenderá, en primera instancia, durante tres días consecutivos.

De no mediar un acuerdo, las medidas de protesta que paralizarán las aduanas con los países de la región, se reanudarán del 16 al 19 de julio, inclusive.

El Supara responsabilizó al ministerio de Economía de Argentina de negarse a homologar el incremento salarial acordado con el organismo de control fiscal y aduanero de ese país (AFIP).

Una situación similar se desencadenó el año pasado cuando el Ministerio de Economía se resistió a homologar los aumentos acordados entre la AFIP y el Supara, aunque finalmente aceptó los incrementos acordados en negociaciones paritarias, al profundizarse las medidas de lucha.

El paro afectará las actividades en los puestos aduaneros con Paraguay, Brasil, Chile, Bolivia y también el tráfico hacia Uruguay desde el Puerto de Buenos Aires, además de afectar las operaciones en los aeropuertos internacionales.

Fonte: <http://www.elpais.com.uy/informacion/huelga-argentina-paralizara-aduanas-mercosur.html>

Venezuela

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Para mais informações visite a nossa página:
www.camara.leg.br/representacaomercosul

<http://www.telesurtv.net/>

América Latina

Crearán el Observatorio de Derechos Humanos de la Unasur

El ente estará conformado por los defensores de los derechos humanos de Suramérica.

Publicado 2 julio 2015 (Hace 12 horas 3 minutos)

El Defensor del Pueblo de Venezuela, Tarek William Saab, informó este jueves en un programa de televisión venezolano, que para los días 9, 10 y 11 de julio se fundará el Observatorio de Derechos Humanos de la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur), en Chile. William Saab manifestó que dicha instancia estará conformada por defensores de los derechos humanos de Suramérica y la directiva será escogida el mismo día de la instalación. El funcionario venezolano, señaló que "es un paso importantísimo que dan las defensorías del pueblo" de la región, ya que éstas serán las encargadas de fundar el referido observatorio, que como mínimo debe realizar una reunión anual.

El Dato: Los estados miembros de UNASUR son Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Perú, Suriname, Uruguay y Venezuela.

El Defensor del Pueblo de Venezuela, aseguró que se sumaran otros organismos en los cuales la Defensoría del Pueblo participa, como el Comité Internacional de Coordinación de Instituciones Nacionales de Protección de Derechos Humanos vinculada a la ONU, y la Federación Iberoamericana de Ombudsman, entre otros.

Fonte: <http://www.telesurtv.net/news/Crear-el-Observatorio-de-Derechos-Humanos-de-la-Unasur-20150702-0068.html>